



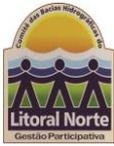
COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

1

2 **Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado** 3 **da Paraíba, ano de 2024**

4

5 No dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 8h30min, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária
6 do CBH-LN do ano de 2024, na Câmara dos Vereadores de Marcação situada na Rua Maria Alta da
7 Silva, S/N, no Município de Marcação- PB, para deliberar sobre a seguinte Pauta: **1. Abertura da**
8 **reunião; 2. Aprovação da Ata (3ª reunião ordinária); 3. Informes; 4. Apresentação sobre**
9 **Introdução à Inspeção em Segurança de Barragens de Terra (Manual de Procedimentos)**
10 **(AESAs); 5. Discussão sobre o processo eleitoral dos membros do CBH-LN (formação da**
11 **comissão eleitoral); 6. Deliberação sobre a prorrogação do mandato dos membros e diretoria**
12 **do CBH-LN; 7. Apresentação sobre o PRHBHL-LN (Plano de Recursos Hídricos das Bacias**
13 **Hidrográficas do Litoral Norte) (Mirella Motta); 8. Palavra facultada.** Após a verificação do
14 quórum, o **Sr. Natanael Leal, Presidente do CBH-LN**, agradeceu as presenças, declarou aberta a
15 reunião e passou para a **Sra. Maria Adriana De Freitas Mágero Ribeiro (1ª Secretária Geral)**
16 para dar continuidade a reunião, a mesma passou ao **Item 2. Aprovação da Ata (3ª Reunião**
17 **Ordinária de 2024)** foi questionado se a assembleia estava de acordo com o conteúdo da minuta da
18 ata, previamente enviada por e-mail, e se haveria alguma contribuição ou correção a ser feita. Houve
19 uma observação sobre a solicitação do Presidente da Associação de Camaratuba, que propôs uma
20 mobilização para a regularização de uma área da bacia. Em relação a esse ponto, o Sr. Natanael
21 informou ter conversado com a Secretária de Agricultura de Mamanguape, que se comprometeu em
22 oferecer apoio, incluindo ponto de apoio e estrutura para instalação da equipe da AESA. No entanto,
23 devido a outras demandas, essa ação ainda não foi concretizada. Com essa contribuição registrada,
24 a ata foi aprovada. **Item 3. Informes;** A **Sra. Mirella Leôncio Motta e Costa (2ª Secretária)**
25 informou sobre o Encontro Estadual de Comitês de Bacias, que tradicionalmente ocorre entre os
26 meses de novembro e dezembro. A AESA reuniu as diretorias dos comitês para discutir a
27 possibilidade de transferir o Encontro Estadual de CBHs para o mês de maio de 2025, considerando
28 que nesta época será realizado o **2º Fórum Brasil das Águas** — um grande evento voltado à temática
29 dos recursos hídricos. Com o objetivo de integrar os temas e ampliar a visibilidade do Encontro, foi
30 sugerido que ele seja inserido dentro da programação do **2º Fórum Brasil das Águas**. Apesar de
31 representar uma quebra na continuidade histórica do evento, realizado desde 2012, a proposta traz
32 um ganho em termos de alcance, com a participação de representantes de todo o Brasil, o que
33 possibilita maior visibilidade aos membros dos comitês. A programação do evento já está sendo
34 elaborada, e os comitês estão sendo incentivados a contribuir com sugestões sobre o que poderia ser
35 incluído como pauta de discussão. A ideia é aproveitar o momento para apresentar projetos de
36 parceiros e membros dos comitês durante o Encontro Estadual de CBHs. As sugestões podem ser
37 enviadas por e-mail. A **Sra. Lovânia** falou que vão ser realizados quatro eventos em um (2º Fórum
38 Brasil das Águas; 3º Simpósio de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba; 3º Simpósio de Segurança
39 de Barragem de Barragem e o Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas). A empresa
40 contratada para montar o 2º Fórum Brasil das Águas virá em novembro para entender as necessidades
41 (auditórios, salas, espaços, quantidade de pessoas e logística como um todo). **O Sr. Gutemberg da**
42 **Silva Silvino** (representante da UFPB – Campus Areia) disse que é muito importante esse evento
43 para os Comitês e se coloca à disposição para formar um corpo e nesse trabalho de nascente que tem
44 feito em alguns municípios de Comitê obter mais alguma informação para aumentar a validação e



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

45 apresentar dentro da programação. **A Sra. Mirella** disse que o Sr. Gutemberg pode fazer essa
46 apresentação das nascentes que faz parte da recuperação das nascentes da bacia hidrográfica. Outro
47 ponto ao rever a Ata é a Alocação de água que estava para acontecer após o período chuvoso. O Sr.
48 Natanael disse que até esta data não havia sido realizada. Além disso, o Sr. Natanael relatou a questão
49 do conflito de Curralinho que vem se arrastando desde 2018. Existe uma comunidade que, quando
50 tem acesso à água, vive em plena tranquilidade, mas, quando o abastecimento falha, recorre
51 diretamente ao Ministério Público, sem buscar, inicialmente, os órgãos competentes para a resolução
52 do problema. Em 2012, o promotor do Ministério Público decidiu abrir todos os açudes e barragens
53 situados a montante da comunidade de Curralinho, o que gerou sérios problemas, sendo possível, na
54 época, evitar que a decisão fosse executada. No entanto, há cerca de três anos, durante um período
55 de forte estiagem, a situação se repetiu e novamente foi judicializada. A AESA realizou todo o
56 levantamento técnico necessário e elaborou parecer sobre a situação. Ainda assim, o Ministério
57 Público, insatisfeito com o trabalho apresentado, notificou a SUDEMA, o que, devido à burocracia
58 envolvida, prejudicou diversos pequenos agricultores, com multas de até seis mil reais e taxas de
59 nove mil reais — valores inviáveis para agricultores que, ao longo do ano, muitas vezes não
60 conseguem gerar essa renda. Alguns conseguiram se regularizar, mas muitos permanecem em
61 situação difícil. Diante disso, o Comitê, em parceria com a AESA, realizou um novo levantamento
62 técnico, e a AESA identificou como solução viável a construção de uma barragem em Curralinho.
63 O processo foi encaminhado à Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos
64 (SEIRH), já acompanhado do parecer técnico da AESA. No entanto, a SEIRH devolveu o processo
65 solicitando um novo parecer, que já foi elaborado e reenviado. A última informação disponível é de
66 que o processo segue em andamento. **A Sra. Mirella** disse que fez contato com a Secretaria e foi
67 dito que já tinham recebido toda a documentação da AESA e que iria entrar na programação. **O Sr.**
68 **Alfredo Nogueira** (Representante da ASPLAN) sugeriu que o Comitê reunisse os agricultores que
69 já se regularizaram, porque existem barragens pequenas e abaixo do volume. O Sr. Natanael Leal
70 disse que é muito importante a sugestão de Alfredo quanto à questão da atuação da SUDEMA e da
71 AESA há uma disparidade enorme em tudo, inclusive a última reunião em Mamanguape com
72 representante do IBAMA, ICMbio, estava aguardando exatamente o momento que a SUDEMA fosse
73 usar a palavra para se entrar com as indagações. A AESA visita, notifica, procura orientar e resolver
74 o problema não gera frustração. A SUDEMA notifica autuando e não dá solução, com isso frustra o
75 usuário, enquanto uma taxa da AESA em cima do Decreto Estadual de 2019 custa quatrocentos reais
76 para regularização de um açude, a taxa para regularização daquele mesmo açude para licença de
77 operação na SUDEMA custa nove mil reais. Outro ponto é que, o Comitê junto com a AESA estão
78 preocupados com a barragem de Araçagi que apresenta uma série de problemas já identificados pelo
79 Comitê e pelo órgão fiscalizador da AESA (falta de manutenção, calhas quebradas, animais soltos,
80 vários plantios de abacaxi às margens do reservatório, construção de residências, um problema que
81 vem se arrastando há muito tempo. A CAGEPA pegou a descarga de fundo que alimentava a jusante
82 e passou a usá-la para atender quatro ou cinco cidades, quando na época eles tinham que colocar um
83 flutuante para atendê-los e nunca fizeram. Há quatro anos, com uma deficiência da descarga de
84 fundo, os usuários juntamente com a AESA foram até a CAGEPA e foi feita uma parceria: os
85 usuários ficaram com toda a mão de obra, a AESA ficou com a autorização e a parte técnica para
86 apoio e CAGEPA entrou com o material. Atualmente, há um problema sério envolvendo os usuários
87 a jusante da Barragem Araçagi. O sifão com a válvula de descarga existente, que possui uma vazão
88 reduzida, não está sendo suficiente para atender à demanda desses usuários. Em 24 de setembro de
89 2024, o CBH-LN encaminhou um ofício ao Presidente da AESA, relatando uma série de problemas,



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

90 inclusive com o envio de registros fotográficos. Em resposta, a Diretoria da AESA foi confirmada
91 que será realizada uma visita *in loco* com o objetivo de avaliar a situação da Barragem Araçagi e
92 tomar as decisões necessárias. A partir dessa visita, espera-se que o processo de Alocação de Água
93 seja agilizado. Na ocasião, a **Sra. Mirella** informou também que estava acompanhada de estudantes
94 do IFPB (Jaqueline, Maria Eduarda, Gisele, Hemilly e Washington) participantes do projeto de
95 pesquisa sobre Governança da Água, que estavam conhecendo os trabalhos desenvolvidos pelo
96 Comitê. **Item 4. Apresentação sobre Introdução à Inspeção em Segurança de Barragens de
97 Terra (Manual de Procedimentos) pela Sra. Nicolly (Subgerente de segurança de Barragem da
98 AESA).** A Barragem é toda estrutura destinada a barrar, superficial ou subterraneamente, uma
99 corrente natural de drenagem das águas pluviais. Acidentes em Barragens de Terra: A ruptura de
100 uma barragem resulta, geralmente, numa catástrofe, com perdas econômicas e, eventualmente,
101 também com perdas de vidas humanas. Muitas vezes, mesmo que o colapso não ocorra, o fato de a
102 barragem deixar de operar ou não poder mais armazenar água, acaba causando prejuízos a seu
103 proprietário e, no caso deste ser uma empresa pública, a própria população. Portanto, são
104 imprescindíveis a avaliação e a correta manutenção das barragens para evitar o seu colapso. Marco
105 Regulatório Brasileiro: A Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, Lei 12.334, de 20
106 de setembro de 2010, aplica-se às barragens destinadas a acumulação de água para quaisquer usos,
107 a disposição final ou temporária de rejeitos e a acumulação de resíduos industriais que apresentem
108 pelo menos uma das seguintes características: I. Altura do maciço, contada do ponto mais baixo da
109 fundação a crista, maior ou igual a 15 m (quinze metros); II. Capacidade total do reservatório maior
110 ou igual a 3.000.000 m³ (três milhões de metros cúbicos); III. Reservatório que contenha resíduos
111 perigosos conforme normas técnicas aplicáveis; IV. Categoria de dano potencial associado, médio
112 ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme
113 definido no art. 6º. Segundo a Lei nº. 12.334/2010 em seu capítulo IV, Seção I da Classificação: Art.
114 7º As barragens serão classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco, potencial
115 associado e pelo seu volume com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de
116 Recursos Hídricos (CNRH). §1º A classificação por categoria de risco em alto, médio ou baixo será
117 feita em função das características técnicas, do estado de conservação do empreendimento e do
118 atendimento ao Plano de Segurança de Barragem. § 2º A classificação por categoria de dano
119 potencial associado a barragem em alto, médio ou baixo será feita em função do potencial de perdas
120 de vidas humanas e dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da ruptura da
121 barragem. PLANO DE SEGURANÇA – RESOLUÇÃO ANA 236/17, Volume I – Informações
122 Gerais; Volume II- Documentação Técnica do Empreendimento; Volume III- Planos e
123 Procedimentos; Volume IV- Registros e Controles; Volume V- Revisão Periódica de Segurança de
124 Barragem; Volume VI- Plano de Ação de Emergência, quando exigido (A e B); A periodicidade
125 mínima da revisão periódica: Classe A: a cada 5 anos; Classe B: a cada 7 anos; Classe C: a cada 10
126 anos; Classe D: a cada 12 anos; Periodicidade mínima da ISR: anual, sendo classe D: bianual. TIPO
127 DE INSPEÇÃO: Resolução 236 de 30 de janeiro de 2017 emitido pela ANA (Agência Nacional das
128 Águas). Inspeção de segurança especial - ISE: Atividade sob responsabilidade do empreendedor que
129 visa a avaliar as condições de segurança da barragem em situações específicas, devendo ser realizada
130 por equipe multidisciplinar de especialistas nas fases de construção, operação e desativação.
131 Inspeção de segurança regular - ISR: Atividade sob responsabilidade do empreendedor que visa
132 identificar e avaliar anomalias que afetem potencialmente as condições de segurança e de operação
133 da barragem, bem como seu estado de conservação, devendo ser realizada, regularmente, com a
134 periodicidade estabelecida nesta resolução. ROTEIRO DAS INSPEÇÕES: A inspeção no campo



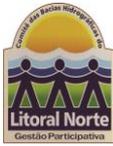
COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

135 tem por objetivo identificar anomalias ou condições que possam afetar a segurança da barragem. A
136 técnica usual é caminhar ao longo da crista da barragem, bermas de jusante, pé de jusante e
137 ombreiras. Roteiro das inspeções; Fichas de Inspeções. CLASSIFICAÇÃO DE MAGNITUDE: A
138 magnitude das anomalias é classificada em quatro categorias e Classificação do nível de perigo das
139 anomalias; RELATÓRIO DE INSPEÇÃO: No relatório identifica-se cada anomalia e em qual local
140 estão as anomalias. No segundo relatório deve ter a comparação com os resultados anteriores, sobre
141 as evoluções das anomalias. CONCLUSÃO DOS RELATÓRIOS: As “conclusões” devem avaliar
142 as atuais condições de segurança e desempenho da barragem e demais estruturas civis, sua
143 classificação de Nível de Risco, conforme critério da ANEEL 2015 (Resolução Normativa nº 696,
144 DEZ/15). RECOMENDAÇÕES: As “recomendações” ao final do Parecer Técnico devem ser
145 classificadas tendo por objetivo priorizar primeiramente aquelas com implicações imediatas sobre
146 as condições de segurança da barragem. INSPEÇÕES ESPECIAIS: As “Inspeções Especiais” são
147 aquelas a serem realizadas após a ocorrência de eventos especiais, tais como: após o 1º enchimento
148 do reservatório; Cheia excepcional; Rebaixamento rápido do reservatório; Sismo sensível na região;
149 Detecção de uma anomalia ou evento adverso que possa colocar em risco a segurança da barragem.
150 ASPECTOS DE SEGURANÇA – ETAPAS IMPORTANTES: Treinamento em segurança de
151 barragens voltado as equipes responsáveis pelas barragens; Criteriosos programas de inspeção e
152 manutenção; Conhecimento detalhado da estrutura, seja a partir da documentação de projeto ou por
153 meio de estudos específicos efetuados; Acompanhamento do desempenho através da instrumentação
154 instalada e de inspeções periódicas; Cuidadoso registro histórico de todas as deficiências ocorridas
155 e das soluções aplicadas; INSPEÇÕES EM BARRAGENS DE TERRA: Os principais itens de
156 barragens de terra a serem inspecionados são: Crista; Ombreiras; Talude de Montante; Talude de
157 Jusante; Drenagem; Áreas a jusante; Reservatório. PRINCIPAIS ANOMALIAS EM BARRAGENS
158 DE TERRA: Crista da barragem; Talude de jusante com calhas obstruídas; Vegetação na crista;
159 Vegetação alta no talude de jusante; Vegetação na ombreira esquerda no talude de montante;
160 Vegetação na vala de drenagem no talude de jusante; Vegetação na crista da barragem; Cupinzeiro
161 no talude de montante; cupinzeiro no talude de montante; Voçoroca no talude de jusante; Vegetação
162 próximo a drenagem (raiz danificando a drenagem. Além disso, foram apresentados registros de
163 ALGUMAS BARRAGENS DE USINAS FISCALIZADAS DO LITORAL NORTE e passou-se ao
164 **Item 5. Discussão sobre o processo eleitoral dos membros do CBH-LN (formação da comissão**
165 **eleitoral)**; A Sra. Maria Adriana convidou a Sra. Maraci de Sousa Virgolino (Subgerente de
166 **Gestão Participativa da AESA)** para falar sobre o processo, a mesma disse que conforme foi
167 iniciado na última reunião sobre a prorrogação do mandato dos membros para poder fazer melhor o
168 processo eleitoral, considerando o ano eleitoral para gestão municipal e em janeiro teria que fazer
169 outra mobilização com os novos gestores eleitos, ficou definido prorrogar até maio, mas não foi
170 deliberado e precisa dessa deliberação para constar em Ata e encaminhar para o Conselho Estadual
171 de Recursos Hídricos – CERH. A mobilização inicia em fevereiro/2025 e o prazo para realizar um
172 processo eleitoral é no mínimo, pelo regimento, sessenta dias. Em fevereiro tem início a mobilização,
173 e abriria as inscrições de fevereiro até março, em abril fariam as plenárias e em maio teríamos a
174 posse no Encontro Estadual de CBHs. Pelo Regimento monta-se a Comissão Eleitoral dividida entre
175 representantes: usuários de água (um titular e um suplente); Sociedade Civil (um titular e um
176 suplente) e AESA (um titular e um suplente), a presidência da Comissão é exercida pelo órgão gestor.
177 As atribuições da comissão eleitoral são: propor calendário; conduzir o processo; encaminhar as
178 questões e deliberações à diretoria; decidir em primeira instância os recursos; decidir as deliberações
179 e decidir sobre os casos omissos. Quem vai fazer a mobilização em campo é a equipe da AESA. É



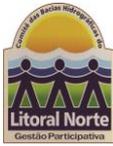
COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

180 importante que haja renovação de membros, a FUNAI tem cadeira cativa e representação indígena,
181 os demais segue o processo normal e são escolhidos pelos próprios membros, são três plenárias
182 coordenadas pela AESA e a previsão para acontecer em abril/2025. Após discussão, a Comissão
183 ficou assim composta **Gibran Feitosa Nogueira** - representante do poder Público Municipal titular
184 e **André Francisco da Silva Sousa** representante de Usuário de Água como suplente; **Danilo da**
185 **Silva Maciel** - representante da Sociedade Civil como titular e **Gutemberg da Silva Silvino**
186 representando a Sociedade Civil como suplente; **Waldemir Fernandes Azevedo**, representante da
187 AESA como titular e **Kátia Regina de Medeiros Sales** representante da AESA como suplente.
188 Colocado para deliberação, foi aprovado por todos. **Item 6. Deliberação sobre a prorrogação do**
189 **mandato dos membros e diretoria do CBH-LN.** Em função do estendimento do processo eleitoral,
190 a proposta foi pela prorrogação do mandato dos membros até maio de 2025. Foi colocado para
191 deliberação e aprovado, havendo apenas um membro Pedro Crisóstomo Freire que não concordou.
192 **Item 7. Apresentação sobre o PRHBHL-LN (Plano de Recursos Hídricos das Bacias**
193 **Hidrográficas do Litoral Norte) (Mirella Motta).** A Sra. Mirella iniciou sua fala alertando que o
194 plano de recursos hídricos é para ser executado em 20 anos, e que o Comitê é o ente que fiscaliza e
195 acompanha a execução dessas ações. Informou que a **Sra. Mirella Motta** e a **Sra. Maria Adriana**
196 fazem parte do grupo técnico que acompanha a elaboração desses documentos, recentemente foi
197 recebido dois documentos o RP6 Metas e Programas de Medidas Emergenciais do Litoral Norte que
198 contem 514 páginas, nesse documento traz os programas com toda uma análise com o que já tem
199 sido planejado no âmbito da bacia e a partir das demandas colocadas nas reuniões e oficinas, sendo
200 baseadas em cinco eixos: Eixo A – Segurança Hídrica; Eixo B – Sustentabilidade Ambiental; Eixo
201 C – Gestão Integrada; Eixo D – Instabilidade Institucional e Eixo E – Ações Emergenciais e cada
202 uma dessas formas tem anexado um objetivo, metas, indicadores, os responsáveis, quanto custa cada
203 uma dessas ações e esse valor de quanto custa multiplicado ao longo do tempo. Tem ações que duram
204 apenas cinco anos, outras duram 10 anos e tem também as que duram 20 anos, e as ações depois de
205 20 anos vão entrar em outro plano, cada uma tem sua especificidade e foram baseadas no que a
206 empresa contratada observou na bacia mediante o que foi passado para eles. O custo da execução de
207 um Plano como este é muito caro, no caso do Litoral Norte para 20 anos deu R\$ 59.000.000,00. A
208 título de comparação, o PRH da Bacia do São Francisco é na casa de dois bilhões de reais. No RP7
209 é o documento que tem os valores, houve um atraso por parte da Empresa contratada que é do Rio
210 Grande do Sul e alguns familiares foram acometidos pela enchente e deram uma parada na entrega
211 dos produtos. Na parte dos valores fizeram a contabilidade de cada ação ao longo dos 20 anos e
212 encontraram para cada ação o valor. É importante o Comitê saber de onde virá esse recurso.
213 Antigamente, se imaginava que a cobrança pelo uso da água ia conseguir financiar o Plano e as ações
214 do Plano, mas com a cobrança implementada em outras bacias inclusive nas paraibanas, não se
215 consegue porque os valores arrecadados são menores do que o que se precisa. Nas reuniões vem
216 sendo falado que o usuário não é o único que deve pagar, o Poder público, federal e municipal tem
217 responsabilidade perante essas ações, como redução de perda na tubulação, a concessionária de água
218 tem responsabilidade sobre isso, elas vão executar porque fazem parte do planejamento delas reduzir
219 perdas. O recurso não viria para o sistema de Recursos Hídricos, mas seriam efetuadas as ações e
220 também dado um *check* se o Comitê conseguisse atingir os objetivos de redução de perdas. O Reúso
221 de Água na indústria, quem tem que implantar é a própria indústria. A cobrança não vai financiar
222 tudo porque o recurso não dá e porque outras instituições tem que arcar com esse Plano, para cada
223 um desses programas existe uma discussão de quem seria a responsabilidade e o valor. Focando nas
224 ações emergenciais que são as ações que o Comitê vai precisar desenvolver no intervalo de cinco



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

225 anos. Foi inserida a fiscalização, descomissionamento ou adequação de barramentos irregulares; tem
226 a antropização das nascentes do rio Bananeiras que foi falada na audiência pública sobre o
227 aterramento das nascentes pelos condomínios e essa consequência para a formação da vazão do rio
228 Bananeiras e sobre o reservatório Araçagi, é um estudo hidrológico que precisa acontecer. Baixo
229 armazenamento da barragem nova Camará que tem a ver com barramento a montante que é um
230 estudo hidrológico; degradação do entorno do açude Araçagi (R\$ 477.000,00 em cinco anos);
231 Diagnóstico e Proposta de Monitoramento de água na unidades de conservação e terras indígenas
232 (R\$ 161.000,00 em cinco anos), com o **Sr. Sanae** aqui talvez seja o momento de chegar junto a
233 FUNAI e a comunidade indígena e implantar esse programa de monitoramento da qualidade de água
234 das terras indígenas, consta especificamente na potiguaras de Montemor e sua compatibilidade com
235 a classe um; Controle da Voçoroca na terra indígena é outra ação emergencial em cinco anos, não é
236 o Comitê que vai resolver, precisa de uma articulação entre vários entes (Ministério Público Federal,
237 as comunidades locais, SUDEMA, AESA, Prefeitura de Rio Tinto e o Comitê para se debruçar sobre
238 isso e uma possibilidade de contenção dessa Voçoroca; outra questão que entrou como emergencial
239 foi a pesca artesanal na bacia com levantamento cadastral de pescadores, justificção da atividade
240 (R\$ 867.000,00) e o último foi uma solicitação do grupo técnico que trabalhou nesses documentos
241 porque se percebeu que tem programa que precisa de um grupo de pessoa para estarem articulando,
242 convocando, fazendo projetos, construindo orçamento, então precisa de profissionais técnicos que
243 vão auxiliar vários desses programas. Fazer o programa acontecer. Para ter a construção de uma
244 barragem tem que ter toda a demanda anterior. Para ter a resolução da Voçoroca tiveram várias ações
245 antes, inclusive ações de mobilização, educação ambiental e foi colocada a necessidade de
246 contratação, seja de técnicos, de empresa ou fundação que vai contratar técnicos na forma de horas
247 técnicas e o total de horas vai sendo previsto e aprovado em um banco de horas (R\$ 1.316,000,00
248 para doze meses), seria para apoio a implantação do próprio Plano com alocação de horas técnicas
249 adicionais ou complementares à atuação da AESA, que ainda tem um quadro técnico bem limitado.
250 Essa explanação é necessária para o Comitê ter a consciência de fazer o acompanhamento desse
251 processo, porque não vai haver mais reuniões com a empresa. Quando finalizar o Plano vai acontecer
252 uma reunião para apresentação e entrega desse Plano para a sociedade, depois a Diretoria dos
253 Comitês juntamente com os membros montam uma estratégia para apresentar esse Plano para as
254 instituições CAGEPA, SEIRH, SEMAS, Prefeituras e etc. cada órgão tem a sua responsabilidade
255 perante o meio ambiente representado no Plano. Esse documento deve ficar disponível no site da
256 AESA. Nas ações emergenciais não apareceu exatamente o Águas Potiguaras por que está na questão
257 de recuperação de áreas de interesse hídrico, que é um programa bem grande (além de nascentes,
258 matas ciliares, rios, área de recarga entre outros). O **Sr. Francisco Sanae Antunes Moreira**
259 **(representante da FUNAI)** destacou a dimensão que tem de preservação de nascentes, recuperação
260 de Voçoroca e áreas degradadas, vai incomodar algumas vezes como pode acessar esses recursos;
261 projetos que eles já têm da qualidade da água ver as alterações no parâmetro de fertilizantes e não
262 deu de agrotóxicos e vai continuar fazendo o trabalho da qualidade das águas, só viu água superficial
263 não viu água subterrânea e talvez estenda para análise de solo para ver o que tem de contaminante.
264 Quanto à Voçoroca tem boas informações o processo do Ministério Público Federal foi reaberto,
265 porque estava concluído porque não tinha um procurador federal que tivesse interesse, com a saída
266 do Dr. Godói, chegou outro procurador, mas não se interessou pelo processo, agora chegou um outro
267 que se interessou juntamente com o interesse da própria FUNAI. Em uma reunião recentemente
268 convocada pelo Ministério Público Federal, como o problema é amplo e complexo será marcada
269 outra reunião específica e o CBH-LN será convidado a participar. A **Sra. Mirella** perguntou se a



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

270 Prefeitura já teve algum andamento no projeto de drenagem. O **Sr. Sanae** disse que não tem
271 conhecimento. Outra questão que a **Sra. Mirella** lembrou são os efluentes das residências que
272 estavam indo para a drenagem, e da drenagem caia na Voçoroca. A mesma informou que conseguiu
273 incluir no Plano as fossas ecológicas, que faz parte do saneamento rural, e que já pensou em solicitar,
274 para propor uma capacitação com a **Dra. Cristina Crispim (professora da UFPB)**, que
275 desenvolveu uma metodologia de fossas ecológicas e os alunos dela poderiam fazer essa capacitação.
276 Poderia juntar aquela Comunidade e apresentar essa solução. O **Sr. Sanae** ficou encarregado de
277 interagir com o responsável pela Comunidade indígena para tratar sobre o assunto. A **Sra. Lovania**
278 disse que é uma tecnologia da CODEVASF e que já existe implantação em Jurú e Emas, e é muito
279 interessante. A **Sra. Mirella** sugere começar com a capacitação, realizar um projeto de um ano,
280 realizado com algum recurso apoiado pelo Plano e aplicação do Fundo já aprovado. **Item 8. Palavra**
281 **facultada.** O **Sr. Pedro Freire** comunicou que não tem mais interesse em participar desse Comitê,
282 agradeceu a participação nessa gestão e enquanto servidor da AESA fica à disposição para contribuir
283 com o que precisar. O **Sr. Gutemberg** também comunicou que não vai poder participar da próxima
284 gestão, mas também fica à disposição para contribuir. O **Sr. Natanael** disse que o município de
285 Marcação foi contemplado com o saneamento básico e passou a palavra para a representante Denise
286 da Silva Vieira agradeceu as presenças e convidou a todos participares da Conferência intermunicipal
287 dia 04 de dezembro, em Marcação - PB. Nada mais havendo a tratar o **Sr. Natanael Leal** encerrou
288 a reunião e lembrou que às 14h00, tem início a visita técnica ao Projeto Águas Potiguara, na Aldeia
289 Alto do Tambá – Baía da Traição e eu **Sra. Maria Adriana De Freitas Mágero Ribeiro (1ª**
290 **Secretaria Geral)**, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será anexado a lista de presença.

291

Maria Adriana de F. M. Ribeiro

292

293 Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro

294

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



ASSUNTO: 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN, NO ANO DE 2024

DATA: 12/11/2024

LOCAL: Auditório da Câmara dos Vereadores de Marcação

MUNICÍPIO: MARCAÇÃO/PB

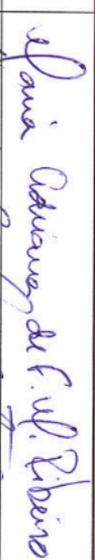
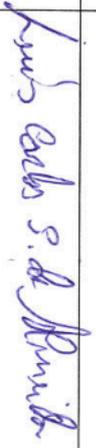
LISTA DE PRESENÇA

USUÁRIOS DE ÁGUA					
Nº	Titular/ Suplente	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Carolina Baracuhy Amorim Arruda Sacum		
	Suplente	CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Dilvany Batista Marcos	<i>Dilvany</i>	<i>kgla@ Cagepa.pb.gov.br 32181303 / 988261210</i>
2	Titular	Diego de Albuquerque Machado	O mesmo		
	Suplente	Ivanilda Cavalcanti de Morais	A mesma		
3	Titular	Fazenda Santa Terezinha	Natanael Leal da Silva	<i>Natanael</i>	
	Titular	Guaraves Guarabira Aves Ltda	André Francisco da Silva Souza		
4	Suplente	Jaciel Fernandes da Silva	O mesmo		
	Titular	Japungu Agroindustrial Ltda	Alexandre Maciel Guerra	<i>Alexandre Maciel Guerra</i>	<i>alexandra@japungu.com.br (83) 991366797</i>
USUÁRIOS DE ÁGUA					
Nº	Titular/ Suplente	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
6	Titular	Mirri Alimentos e Bioenergia S/A	Trago da Silva Santos	<i>Trago da Silva Santos</i>	<i>trago@mirri.com (81) 992030991</i>

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



7	Titular	Nilton Cavalcanti de Moraes	O mesmo			
	Suplente	Nilton Cavalcanti de Moraes Filho	O mesmo			
8	Titular	Pedro Crisóstomo Alves Freire	O mesmo			
	Suplente	Modesto Pedrosa da Silva	O mesmo			
9	Titular	Rodrigo de Paiva Coutinho	O mesmo			
	Suplente	Antônio Pedrosa de Moraes Coutinho Filho	O mesmo			
10	Titular	Usina Monte Alegre S/A	Finelon Silva de França			FINELON SILVA RALEGRE.650 COM. BR 991433916
	Suplente	José Inácio de Moraes Filho	O mesmo			

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA						
Nº	Titular/suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Telefone
1	Titular	ABRHidro - Associação Brasileira de Recursos Hídricos	Maria Adriana De Freitas Magero Ribeiro		83996138910	
	Suplente	CREA - Conselho Regional de Engenharia e agronomia da Paraíba	Aparecido Emmanuel da Costa Soares de Azevedo		duickandeoliveira@gmail.com (83) 99131-6422 CIDO. ENG. AMBIENTAL @ GMAIL.COM	
2	Titular	Afink - Associação de Formação e Incentivo para o Nordeste Karente	Luís Carlos Silva de Almeida		99904-8550	

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



	Suplente	CEDAMS - Centro de Conscientização, Defesa Ambiental e Social	Marlindo Francelino Gomes		
3	Titular	ASPLAN - Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba	Alfredo Nogueira da Silva Neto	Alfredo Nogueira da Silva Neto	83 99654-5245
	Suplente	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores de Animais e Agricultores de Animais da Margem do Rio Mamanguape	Antônio Justino da Silva	Antônio Justino da Silva	991266734
4	Titular	FETAG - Federação dos trabalhadores na agricultura do estado da Paraíba	João Antônio Alves	João Antônio Alves	98149.0831
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto	Marciano Lima da Silva	Marciano Lima da Silva	9913617768
5	Titular	IFPB - Instituto Federal da Paraíba	Mirrella Leôncio Motta e Costa	Mirrella Leôncio Motta e Costa	991801-8623
	Suplente	UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	Leandro Paiva do Monte Rodrigues	Leandro Paiva do Monte Rodrigues	
6	Titular	SINDALCOOL - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado da Paraíba	Danilo da Silva Maciel	Danilo da Silva Maciel	83 991378054
	Suplente	FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	Francisco Xavier de Andrade	Francisco Xavier de Andrade	
7	Titular	Sindicato dos Agricultores Familiares de Itapororoca	José Carlos Dias de Lima	José Carlos Dias de Lima	99865 9868
	Suplente	Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria	Juliana Ferreira de Lima	Juliana Ferreira de Lima	
8	Titular	UFPB CAMPUS II - Universidade Federal da Paraíba	Guttemberg da Silva Silvino	Guttemberg da Silva Silvino	83 99613-7799

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



Suplente	Organização de Mulheres Negras de Caiana	Elza Ursulino do Nascimento Silva
----------	--	-----------------------------------

PODER PÚBLICO MUNICIPAL						
Nº	Titular /Suplente	Prefeitura	Representante	Assinatura	E-mail	Telefone
1	Titular	Prefeitura Municipal de Mamanguape	Gibran Feitosa Nogueira	<i>Gibran Feitosa</i>		8399538-0322
	Suplente	Prefeitura Municipal de Marcação	Denise da Silva Vieira	<i>Denise da Silva Vieira</i>		83993359 6823
2	Titular	Prefeitura Municipal de Araçagi	Girlene Fernandes Nunes			
	Suplente	Prefeitura Municipal de Alagoinha	José Félix de Brito			
3	Titular	Prefeitura Municipal de Duas Estradas	Lucivânia Rangel de A. Medeiros			
	Suplente	Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro	Marclene Barbosa da Silva Oliveira			
4	Titular	Prefeitura Municipal de Alagoa Nova	Givaldo Serafim Soares			
	Suplente	Prefeitura Municipal de Serraria	Gil de Assis Elias Alves	<i>Gil de Assis Elias Alves</i>		986236715

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



PODER PÚBLICO ESTADUAL					
Nº	Titular/ Suplente	Órgão	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	AESA	Francisco José de Brito Sousa		Francisco@AESAspb.Gov.br 98654.7100
2	Suplente	SEIRHMA			
3	Titular	SEDAP	Demilson Lemos de Araújo		
4	Suplente	EMPAER	Jamaci Ferreira de Vasconcelos		

PODER PÚBLICO FEDERAL					
Nº	Titular/ Suplente	Órgão	Representante	Assinatura	E-mail Telefone
1	Titular	ICMbio	Afonso Henrique Leal		
2	Titular	FUNAI	Francisco Sanae Antunes Moreira		(83) 99303-3892

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE



LISTA DE PRESEÇA GERAL

Nº	Nome Completo	Instituição	Assinatura	E-mail Telephone
1	Marcelo Antonio Souza	Agua Potável		8868.5470
2	Sônia Sathya	Agua Potável		83986091330
3		Agua Potável		
4	Francisco B. B. B.		(83) 8609-1330	8399153-5554
5	DANDARA MARIA AMARAL DA SILVA	Prefeitura	Dandara Maria Amaral	8399153-5554
6	Isayana de Lima Silva	Prefeitura	Isayana de Lima Silva	1831991535240
7	Tatiane Martins Bessa de Silva	Guararora		183198726-9930 Tatiane.Martins@Guararora-Gov.br
8	Yoguelina Aureliano S.	IFPB	X. Silva	83991587243
9	Marina Eduarda Mendes Reilm	IFPB	Marina Eduarda	83991494712
10	Wafington Bruno	IFPB	W. Bruno	83999289209

Thaisson Rodrigues da Silva
Jerson Antonio Souza e Silva
Hamilton Pereira de A. Moura da
Giselle Provedes Mota.

DIRETTORI JOÏ L. TOMARI
Maurici de S. Vingelins
Maurice celine danobrega

Aguas Petrópolis 991587385
Aguas Petrópolis 83-98869-2416
Sociedade Fagundes - (83)99167-0873
do paraíso (93)98656-2462
IFPB - Campus João Pessoa 83993105991

AGERA _____ 8399904-3569
AESA _____ 83.999508748